

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**PROJETO POLÍTICO**  
**PEDAGÓGICO DO CURSO DE**  
**PEDAGOGIA**

## **Natal - maio de 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**Prof. José Ivonildo do Rego**

Reitor

**Profa. Ângela Maria Paiva Cruz**

Vice Reitora

**Profa. Virgínia Maria Dantas de Araújo**

Pró-Reitora de Graduação

**Profa. Mirza Medeiros dos Santos**

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

**Profa. Ana Lúcia Assunção Aragão**

Diretora do CCSA

**Profa. Maria Lussieu da Silva**

Vice-Diretora do CCSA

**Prof. Marcos Antonio de Carvalho Lopes**

Chefe do Departamento de Educação

**Prof. Adir Luiz Ferreira**

Vice- Chefe do Departamento de Educação

**Profa. Erika dos Reis Gusmão Andrade**

Coordenadora do Curso de Pedagogia

**Profa. Rosa Aparecida Pinheiro**

Vice-Coordenadora do Curso de Pedagogia

# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Resolução n. \_\_\_\_/2009 – CONSEPE  
( \_\_\_\_ de maio de 2009)

UFRN	CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Curso: Pedagogia
	Turno: ( x )T (x )N
	Cidade: Natal
	Modalidade: ( x ) Licenciatura
	Habilitação: Docência na Educação Infantil, Docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Gestão e Coordenação Pedagógica
	Currículo: 005
	Semestre de ingresso pelo Vestibular: 1º ( x ) Vagas: 40 2º ( x ) Vagas: 40

## COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO:

Profa. Denise Maria de Carvalho Lopes

Profa. Erika dos Reis Gusmão Andrade (Presidente)

Profa. Márcia Maria Gurgel Ribeiro

Profa. Rosa Aparecida Pinheiro

Profa. Rosália de Fátima e Silva

Natal, maio/2009

## **LISTA DE SIGLAS**

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

DEPED – Departamento de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação

CNE/CP – Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno

NEI – Núcleo de Educação Infantil

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

## **SUMÁRIO**

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. HISTÓRICO DO CURSO**
- 3. DIAGNÓSTICO DO CURSO**
- 4. JUSTIFICATIVA**
- 5. OBJETIVOS**
- 6. PERFIL DO FORMANDO**
- 7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**
- 8. ESTRUTURA CURRICULAR**
- 9. METODOLOGIA E DINÂMICA CURRICULAR**
- 10. AVALIAÇÃO**
- 11. SUPORTE PARA EXECUÇÃO DO PROJETO**
- 12. RESULTADOS ESPERADOS**
- 13. REFERÊNCIAS**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento sistematiza as reformulações propostas pelo Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ao atual Currículo 004, implementado a partir de 1995, com base na Resolução nº 235/94 – CONSEPE/UFRN, de 27 de dezembro de 1994, para análise das instâncias responsáveis pela aprovação e implementação do novo Projeto Político-Pedagógico do referido Curso.

A elaboração desse documento resultou de um amplo processo de discussões com os docentes que ministram disciplinas no Curso e com discentes representantes do Centro Acadêmico de Pedagogia, coordenado por uma Comissão Especial do Colegiado, presidida pela Coordenação do Curso. Resultou, ainda, de um Encontro do Curso de Pedagogia envolvendo docentes e discentes, realizado em 2004, com o objetivo de avaliar aspectos do currículo que possibilitassem a elaboração do diagnóstico incorporado a este documento.

Nesse processo, foram consideradas as avaliações e críticas que emergiram da análise sobre as práticas pedagógicas vivenciadas no curso, por docentes e discentes, bem como das contribuições advindas do processo nacional de reformulação dos cursos de Pedagogia, em decorrência da promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CP.

Tomando como referências essas contribuições, delinear-se as bases da formação e da identidade profissional do pedagogo na UFRN, pautadas na docência, na gestão e coordenação do processo educativo e na pesquisa, produção e difusão de conhecimentos sobre o fenômeno educativo.

O documento está estruturado de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, com base na Resolução nº 103/2006-CONSEPE, de 19 de setembro de 2006, contendo histórico e diagnóstico do curso, justificativa, objetivos, perfil do formando, competências e habilidades a ser formadas, estrutura curricular, metodologia, formas de avaliação, suporte para execução do projeto e os resultados esperados com esse projeto formativo.

Espera-se, portanto, com essa nova proposição curricular, não apenas atender às exigências internas e nacionais à formação do pedagogo, mas contribuir para fazer

avançar o debate no campo da formação de professores, bem como para melhorar a qualidade social da educação básica e viabilizar o cumprimento da função social da Universidade, no contexto sócio-educativo do Rio Grande do Norte.



## **2. HISTÓRICO DO CURSO**

A estrutura curricular do Curso de Pedagogia da UFRN, Campus Central, passou por inúmeras modificações ao longo da sua história, incorporando as tendências e orientações das discussões locais e nacionais no campo educativo em seus projetos curriculares.

No período de sua criação, esse curso fazia parte da Faculdade de Filosofia, criada em 12 de março de 1955, em Natal, e respondia, junto com o curso de Didática, pela formação pedagógica dos professores do ensino secundário e normal. A primeira turma de Pedagogia foi matriculada em 1961, embora o curso só tenha sido reconhecido pelo Decreto Federal de nº 77.499, de 07 de abril de 1976.

A formação profissional do pedagogo centrava-se nas habilitações técnicas em orientação educacional, supervisão escolar e administração educacional, permanecendo com esse formato até a década de 1980. A partir de 1984, foi acrescentada a habilitação magistério, com o objetivo de formar professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental e para as disciplinas pedagógicas dos Cursos de Magistério em nível de 2º. Grau inaugurando, com isso, outra perspectiva formativa, que perdurou até o início da década de 1990.

No decorrer desse período foi detectada a necessidade de mudanças, no sentido de superar as defasagens e limitações do currículo vigente, caracterizadas pela fragmentação das habilitações e fragilidades na formação para a docência frente às discussões deflagradas no campo educacional em que se intensificava a defesa de uma formação para professores do primeiro segmento do Ensino Fundamental, em nível superior. Essas mudanças visavam propor uma formação que desenvolvesse no pedagogo competências para compreender as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade do conhecimento.

O processo de reformulação curricular, iniciado em 1993 pelo Colegiado do Curso, culminou em 1994 com o encaminhamento de uma nova proposta curricular para o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFRN. Esta proposta incorpora as contribuições da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, na construção de princípios que fundamentem a formação do pedagogo na docência, proporcionando, também, uma visão integrada de gestão administrativa e da coordenação pedagógica.

Assim, o Currículo 004/94 do Curso de Pedagogia, foi aprovado pela Resolução nº 235/94 – CONSEPE/UFRN, em 27 de dezembro de 1994, sendo implantado no ano seguinte, 1995. Esta estrutura curricular tem como base a realização de estudos nas seguintes perspectivas:

- a) Uma sólida formação geral que alicerça na compreensão das ciências que tratam da educação nas suas relações com o contexto, a partir das quais será possível explicar a organização social do sistema educacional e buscar referências teórico-metodológicas para o ensino nas séries iniciais do 1º grau e do ensino das disciplinas pedagógicas no 2º grau;
- b) Concentração de estudos através do agrupamento das disciplinas complementares em Núcleos temáticos, que reúnem estudos específicos em áreas de atuação profissional: Arte e Literatura; Coordenação Pedagógica; Educação de Jovens e Adultos; Educação especial; Educação Infantil; Tecnologia Educacional.

Nessa configuração, a estrutura curricular é organizada em torno de um núcleo comum, que integra disciplinas obrigatórias para todos os alunos, e de seis núcleos temáticos, compostos por disciplinas complementares, postos à escolha dos alunos, segundo seus interesses de atuação profissional ou de complementação e aprofundamento de estudos e pesquisas.

A análise da proposta evidencia que a preocupação se concentra na possibilidade de oferecer conhecimentos básicos que garantam ao egresso desempenhar, de forma competente, as tarefas pedagógicas de docente e de gestor em diferentes espaços em que a necessidade de atuação desse profissional se manifeste.

Com isso, se define que a atividade do Pedagogo deve ter a docência como base, mas não como seu limite, especificando que, ao pedagogo egresso do Curso de Pedagogia da UFRN, compete dominar científica e politicamente o conhecimento sobre o processo educativo. O objeto de formação e atuação do pedagogo é o trabalho pedagógico no interior da escola ou fora dela, considerando que a prática pedagógica não se reduz à docência. Portanto, a formação do Curso e atuação profissional pedagogo está centrada no trabalho pedagógico, escolar ou não, que se fundamenta na docência, compreendida como um ato pedagógico intencional e sistemático permeado por múltiplas relações que orientam valores, princípios e objetivos formativos. Essas diretrizes indicam que a

docência assume a integralidade do projeto formativo e não apenas uma configuração de métodos e técnicas neutros de transmissão de conhecimentos.

Mesmo estando atualizada em muitos aspectos, ao longo dos últimos anos vem se construindo outra reformulação curricular para o Curso de Pedagogia, tendo em vista os anseios e necessidades dos docentes e discentes do Curso, no que diz respeito às exigências educacionais e sociopolíticas desse momento sócio-histórico, condizentes com as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, Resolução CNE/CP no. 01/2006. Alguns desses anseios serão detalhados a seguir, como elementos do diagnóstico do curso, realizado a partir de dados sistematizados pela comunidade acadêmica.

### 3. DIAGNÓSTICO DO CURSO

Como historiado anteriormente, o atual Currículo 004/1994 assume a docência como base formativa, considerada como própria da identidade do profissional da educação. Essa base se articula aos núcleos temáticos e à pesquisa em educação para contribuir com uma formação articulada do docente e do pesquisador em educação. Estabelece uma estrutura curricular baseada em duas vertentes: uma extensa formação geral, com base nas ciências da educação; uma concentração nos ensinamentos nas áreas de língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história e geografia e disciplinas práticas, com aprofundamento de estudos sobre a docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Essas duas vertentes são complementadas pelas disciplinas dos núcleos temáticos de educação de jovens e adultos, coordenação pedagógica, tecnologia educacional, educação infantil, arte e educação e educação especial.

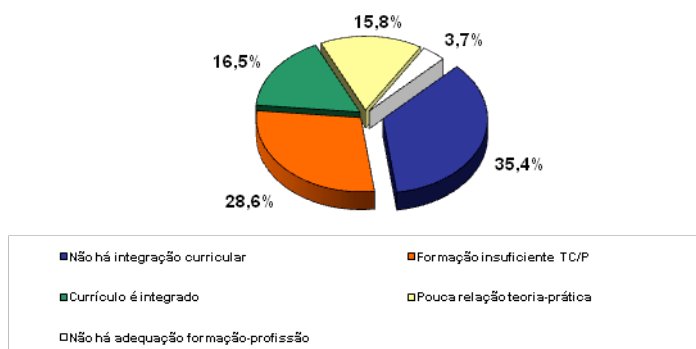
Essa perspectiva de formação se apresenta como necessária, mas incompleta, sendo fundamental incluir a compreensão do processo complexo de construção do conhecimento, bem como a perspectiva de uma epistemologia da prática, suscitando a necessidade de discussão sobre qual é o papel do pedagogo e quais as possibilidades de atuação na sociedade contemporânea.

Os dados sistematizados pela Comissão de Reformulação Curricular e apresentados no Encontro do Curso de Pedagogia da UFRN (2004), do qual participaram alunos e professores, contribuem com este diagnóstico do Curso, explicitando as necessidades e expectativas, o perfil formativo e a base de fundamentação para a reformulação do Currículo do Curso de Pedagogia. Estes dados vem sendo sistematicamente atualizados, tendo em vista os indicadores de novas avaliações institucionais, as ações delas decorrentes e as atualizações incorporadas na avaliação contínua do Curso.

Por ocasião desse diagnóstico, foi aplicado um instrumento de consulta aos estudantes, nos dois turnos do Curso (vespertino e noturno), com a colaboração dos professores membros da Comissão e de alguns alunos. O instrumento foi respondido por 101 alunos, em horário de aula, que se reuniram em pequenos grupos para discutir os eixos apresentados pela Comissão como guias de reflexão. Os eixos foram: Integração Curricular, Estágios e Práticas, Avaliação (ensino-aprendizagem, docentes e currículo), Formação para a Pesquisa e Perspectivas Profissionais.

No que se refere ao eixo Integração Curricular, (Gráfico 1<sup>1</sup>), a Comissão evidencia que 35,4% dos alunos registram não haver integração curricular entre as disciplinas do curso e apenas 16,5% consideram que ela existe.

Gráfico 1: Integração Curricular



A desarticulação entre as disciplinas lecionadas reflete o caráter fragmentar de sua condução e a dificuldade enfrentada no Curso para implantação de gestões coletivas do trabalho pedagógico. Tais dificuldades se apresentam em decorrência de uma multiplicidade de fatores, relativos não só à dinamização curricular, mas às condições de trabalho na instituição e ao desenvolvimento de uma cultura de trabalho individualista. Ao mesmo tempo em que a Instituição estimula a congregação em grupos e bases de pesquisa, as fortes exigências postas a partir das sistemáticas avaliações, internas e externas, levam alguns docentes a se fecharem em seus estudos e produções individuais, perdendo de vista a articulação e produção coletiva como a base da gestão democrática da ação educativa, o que se reflete na qualidade da formação dos graduandos.

Outro fator importante a ser evidenciado é a própria formação dos formadores que se construiu com base na fragmentação das áreas de conhecimento, demarcando campos específicos – e isolados – de produção e atuação, dificultando a rearticulação desse conhecimento no espaço da sala de aula (ANDRADE, 2003).

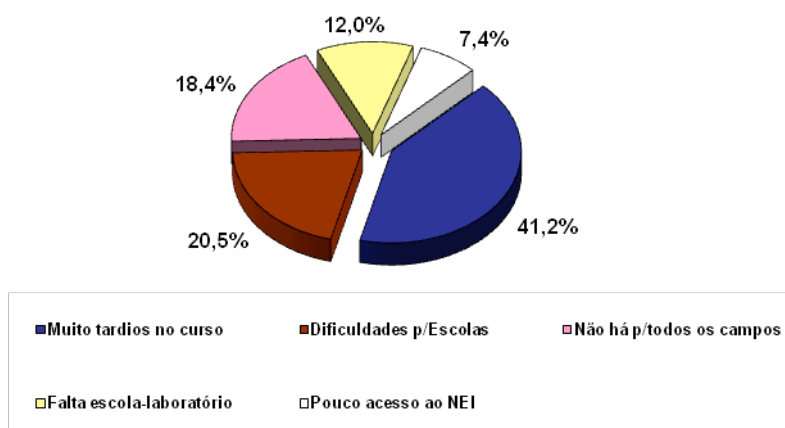
<sup>1</sup> Gráficos elaborados pelo Prof. Dr. Adir Luis Ferreira, membro da Comissão de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia e professor do Departamento de Educação da UFRN.

Ainda sobre a Integração Curricular, 28,6 % dos alunos apontaram a ausência de disciplinas que subsidiem a elaboração do Trabalho Científico e Pesquisa desde os primeiros períodos, pois tais disciplinas são oferecidas apenas nos períodos finais. Essa lacuna é identificada como elemento dificultador da apropriação e elaboração do conhecimento acadêmico, pois existe uma mudança de linguagem, bem como de outros procedimentos mentais, no mundo universitário em relação ao que estavam acostumados no nível do Ensino Médio, aliada à exigência de adaptação à cultura acadêmica e a diversidade de novas práticas a serem incorporadas pelo graduando.

A discussão sobre a necessidade de articulação entre a teoria e a prática através da pesquisa (apontada por 15,8% dos alunos), evidencia a descontextualização dos conteúdos trabalhados e a perda de sua relevância para compreensão da realidade no campo do trabalho pedagógico. A pesquisa se configura em parte constitutiva da formação e da prática docente. Formar professores pesquisadores pressupõe a inclusão da prática investigativa na sua formação e o desenvolvimento da capacidade de indagar a realidade e buscar alternativas a partir de uma “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 1999). Nessa perspectiva, se faz necessário integrar a dimensão prática, bem como a pesquisa, desde os primeiros períodos do Curso.

O segundo eixo do diagnóstico aplicado refere-se aos Estágios e Práticas, tendo suas respostas configuradas no Gráfico 2 abaixo. Esse gráfico confirma questões apontadas no eixo anterior quando explicita que 41,2% dos alunos dizem ocorrer o Estágio em um momento muito tardio no Curso.

Gráfico 2: Estágios e Práticas



As dificuldades enfrentadas pelos alunos na efetivação dos estágios e práticas (20,5%) são relacionadas não só a encontrar campo para atuação, pela especificidade da área, mas por certa rejeição das escolas em receber os alunos da Universidade. Segundo as escolas, essa rejeição decorre da falta de retorno, pelos estagiários, dos resultados das atividades desenvolvidas e do indicativo, da parte dos professores das escolas, de que a presença de estagiários acarreta o não cumprimento de sua programação. A análise dessas dificuldades desencadeou ações institucionais junto às redes públicas de ensino, com o estabelecimento de convênios e uma melhor definição de campos de estágios.

Outro aspecto levantado corresponde à falta de diversidade de campos de estágio (18,4%), chamando atenção para que, embora a docência seja o espaço privilegiado da atuação do pedagogo, esta não se resume à sala de aula, mas abrange a totalidade do trabalho pedagógico e da ação educativa, o que inclui espaços não escolares e não formais.

A estrutura curricular dos cursos de formação é, ainda, uma repetição do modelo tradicional, com uma fundamentação inicial propedêutica e, apenas no final do curso, uma intervenção prática por meio dos estágios supervisionados, nos quais o aluno deverá demonstrar, no seu fazer, tudo o que aprendeu na teoria. Para esta concepção de ensino e de aprendizagem, a formação dos professores se caracteriza por uma perspectiva de prontidão para a ação e não em uma articulação entre a teoria e a prática na reconstrução de saberes a partir da reflexão gerada pelo conflito em um processo de ação-reflexão-ação.

Nesse sentido, se torna necessário redimensionar o conceito de prática, superando sua concepção como imitação de modelos (CUNHA, 1989), de mera instrumentalização técnica, para uma perspectiva que compreenda a ação docente como prática pedagógica e social. O estágio, nessa concepção, passa ser o caminho de articulação entre a teoria e a prática, entre os conteúdos trabalhados e a realidade educativa em suas múltiplas dimensões formativas. O estágio se torna, também, uma possibilidade de formação continuada – no contexto da formação inicial – para os professores que estão na instituição receptora, a partir das relações estabelecidas com os alunos de Pedagogia (PIMENTA; LIMA, 2004).

Com relação à restrição ao campo de estágio, duas necessidades são apontadas pelos alunos: a criação de uma escola laboratório (12%) e ampliação do campo de estágio no Núcleo de Educação Infantil (NEI) para os alunos de pedagogia (7,4%).

Essas necessidades encontram-se incorporadas no debate do processo de implantação do Centro de Educação e dependem de recursos financeiros e humanos.

A análise do próximo eixo apresentado, Avaliação do ensino-aprendizagem, docentes e currículo, evidencia a necessidade de se discutir o processo avaliativo no ensino superior, suas dimensões, intenções e possibilidades (Gráfico 3).



Esse eixo se afirma nas respostas dos alunos que classificam a avaliação exercida pelos professores como “tradicional” (42,5%) o que pode ser traduzido na utilização quase unânime de instrumentos de avaliação que visam apenas mensurar o conhecimento que o aluno foi capaz de apreender naquele período. Nos processos que visam desencadear a aprendizagem não é considerada a adequação dos instrumentos e as habilidades desenvolvidas pelos alunos, aspectos relacionados à falta de critérios claros para a avaliação da aprendizagem discente (14,0%). Destaca-se, ainda, a falta de coerência entre as concepções de avaliação preconizadas teoricamente no curso e as modalidades de avaliação praticadas pelos docentes (10,5%).

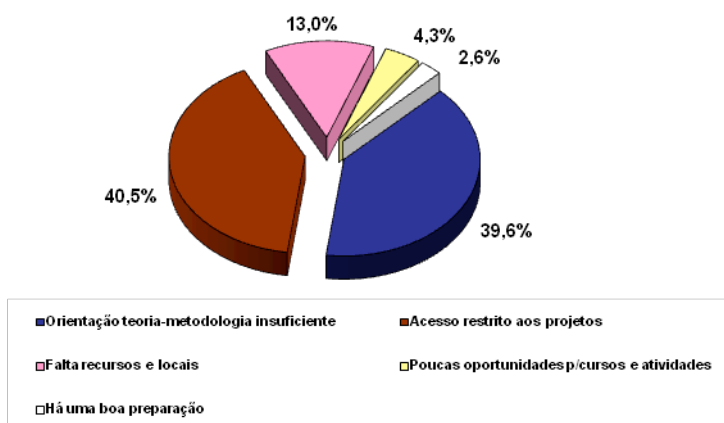
A avaliação da prática docente (18,2%) constitui outro aspecto importante, denotando o receio de expor à avaliação o trabalho daqueles responsáveis pela formação dos futuros professores. Tal problema abrange a instituição em seu conjunto e vem desencadeando ações institucionais que visam superá-lo.



O último, e não menos importante, aspecto levantado pelos alunos é a falta de uma avaliação do currículo (14,8%). Esse aspecto está coerente com as preocupações do Colegiado do Curso que tem buscado adequar as reformulações curriculares às exigências sócio-políticas de formação do pedagogo e às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores, bem como às discussões desenvolvidas pelas entidades representativas da área como a ANFOPE e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

No eixo de Formação para Pesquisa (Gráfico 4) é ratificada a necessidade de ampliação do acesso às práticas investigativas como constitutivas da formação do pedagogo. Constata-se que grande parte dos alunos se sente excluída da oportunidade de participação em projetos de pesquisa e de obtenção de bolsas de iniciação científica. Isso se deve ao número reduzido de bolsas disponíveis na instituição, na época do diagnóstico – bem como ainda hoje – e à dificuldade de muitas bases de pesquisa em aceitar alunos voluntários.

**Gráfico 4: Formação para a pesquisa**

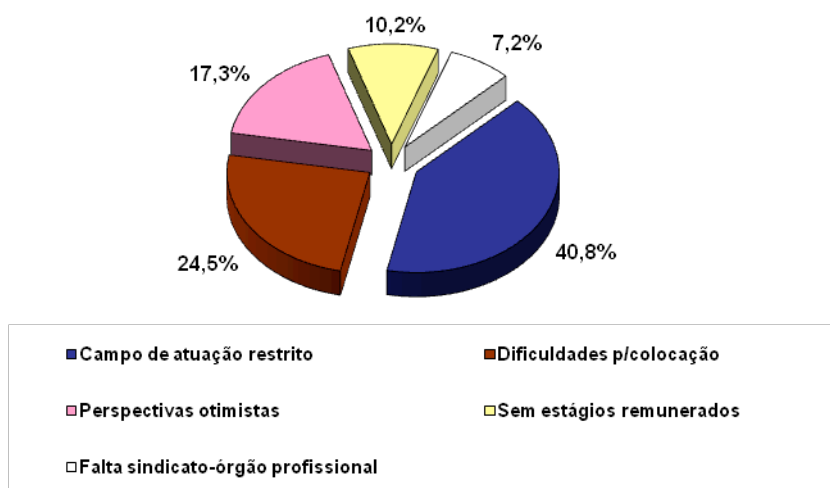


A orientação teórico-metodológica insuficiente apontada pelos alunos (39,6%) decorre de um distanciamento entre os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na pós-graduação e as atividades de ensino da graduação. A discordância dos 2,6% de respostas afirmativas da boa formação para a pesquisa se deve, provavelmente, aos alunos bolsistas que participam das atividades em Bases de Pesquisa.

Com relação à participação em cursos e demais atividades de apenas 4,3% dos alunos do Curso, os dados apontam, como causa, a dificuldade de acesso à informação sobre congressos e cursos, bem como a falta de recursos para viagens e inscrições.

O último eixo tratado (gráfico 5) refere-se às Perspectivas Profissionais apresentadas pelos alunos.

**Gráfico 5: Perspectivas Profissionais**



Em suas respostas, 40,8% deles apontam como restrito o campo de atuação, sendo esta ratificada pelos 24,5% que afirmam ter dificuldades de inserção/colocação profissional. Nos argumentos apresentados, os alunos ressaltam a falta de experiência ao concluírem o curso e reclamam a ampliação de estágios remunerados (10,2%).

Apesar das dificuldades reveladas por grande parte dos alunos, 17,3% tem perspectivas otimistas sobre a profissão e parecem vislumbrar alternativas de atuação em certa diversidade de áreas.

Essas aproximações sobre o olhar dos alunos acerca do Curso dão indicadores sobre como repensar a formação, as lacunas a preencher e sobre o perfil formativo do egresso do Curso de Pedagogia no Campus Central da UFRN. Elas justificam, por si só, a realização de uma reformulação curricular, tendo em vista as demandas por melhoria na qualidade da formação inicial dos professores para a educação básica.

#### 4. JUSTIFICATIVA

O processo de reformulação do atual projeto pedagógico do Curso de Pedagogia está relacionado a demandas de diferentes dimensões socioeconômicas, políticas e educativas bem como a demandas internas de reorganização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFRN.

Na dimensão socioeconômica e política, o contexto de inovações tecnológicas e de globalização da economia indicia mudanças em diferentes campos, trazendo novos desafios para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o perfil do profissional que nele deverá atuar, âmbito em que se insere o perfil do pedagogo. Essas transformações provocaram alterações nos padrões de intervenção estatal resultando na emergência de novos mecanismos e novas formas de gestão, redirecionando as políticas públicas e, particularmente, as educacionais e de formação de professores.

Nesse contexto, as reformas educacionais em curso no Brasil inserem-se na lógica desse processo de adaptação da força de trabalho às novas exigências do capital, ao tempo em que se articulam com a necessidade da redefinição do papel do Estado.

No que concerne à educação, as reformas tem se orientado pelas diretrizes dos organismos internacionais, discutidas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essas diretrizes serviram de base para a elaboração dos Planos Decenais de Educação, alinhando os novos paradigmas educacionais às demandas dos setores produtivos. Serviram de base, ainda, para as reformas educacionais marcantes a partir de 1995 e a constituição de diversos documentos oficiais que regulam a educação, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) – e os diversos parâmetros, diretrizes e referenciais que tem orientado a reformulação de projetos educativos e curriculares em todos os segmentos e instâncias administrativas da educação nacional.

Esse conjunto de medidas e orientações na área de Educação imprimiu mudanças significativas concernentes à universalização do acesso à escola pelos alunos das camadas populares e à melhoria da sua qualidade social da educação. No entanto, verifica-se, ainda, a necessidade de avançar na implantação de um projeto educativo sociohistórico que garanta a concretização, no cotidiano das instituições educativas, de princípios e aspectos essenciais promulgados na legislação e nas discussões

contemporâneas.

Na compreensão da educação em uma perspectiva sociohistorica, as instituições educativas devem viabilizar-se como espaço crítico de apropriação de conhecimentos e tecnologias, reconhecendo sua importância na vida das pessoas e na sociedade. Enfrentar a rapidez e a intensidade das mudanças, aliadas à aquisição dos novos conhecimentos e novas atitudes no exercício das múltiplas funções dessas pessoas enquanto seres sociais, políticos e produtivos (KUENZER, 2001), coloca-se como parte dos desafios diante dos quais se defrontam as instituições educativas.

Compreendendo, como Candau (2000, p. 13), a educação como energia de vida, de crescimento humano e de construção social, o projeto educativo assume outra configuração. Para essa autora, o sentido da educação é “formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e de humanidade”. Nessa perspectiva, a formação de todo profissional deverá voltar-se para o desenvolvimento humano, em que valores como a ética, as responsabilidades individuais e coletivas são determinantes para o equilíbrio entre a formação humana e as demandas de inclusão social e educacional.

A formação do pedagogo deverá contribuir para a compreensão do processo educativo e sua relação com a sociedade, em uma postura crítica e consciente sobre esta relação e agindo de forma autônoma e cooperativa para a constituição de processos pedagógicos mais coerentes com os ideais de emancipação educacional.

Nessa perspectiva, o tema da formação de professores vem alcançando, neste início do século XXI, um papel de destaque, não somente entre os pesquisadores, mas também entre os responsáveis pelas formulações de políticas educacionais. A formação do pedagogo deve possibilitar uma visão global do fenômeno educativo, bem como o desenvolvimento de capacidades diversificadas e mais abrangentes para atuação/intervenção nos diversos contextos educacionais. O pedagogo assume múltiplas funções no seu fazer pedagógico o que implica a construção de conhecimentos coerentes com o cenário de transformações sociais e com as novas demandas socioeducativas.

No ideal de uma formação abrangente para o educador, alguns fatores se figuram como elementos a serem considerados. No entender de Frigotto (1996), esses fatores centram-se nos conhecimentos histórico-científico, biopsíquico, cultural, ético-político, lúdico e estético. Essa perspectiva denota uma abordagem de estudos que ultrapassa a

simples preparação para o exercício de uma função específica, vindo a concentrar-se em saberes que oferecem uma ampla capacidade de construção e reconstrução de ações e práticas diversificadas e essenciais ao fazer educativo. Assim, a formação do pedagogo deverá propiciar a produção de conhecimentos em educação e a intervenção competente nos processos pedagógicos, com base em uma determinada concepção de sociedade.

Outra dimensão a considerar nessa formação é a relação que se estabelece entre homem e conhecimento a partir das novas formas de organização e gestão dos processos sociais. Essa relação não privilegia apenas a memorização e a reiteração de procedimentos, mas exige atividades intelectuais e competências cognitivas que se desenvolvem em situações de aprendizagem interativas, dialógicas e dinâmicas envolvendo o aprendiz e os objetos de conhecimento. Essa perspectiva formativa traz novas exigências para o pedagogo que em muito superam o patamar existente hoje, implicando uma reinvenção da profissão docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, (BRASIL, 2006, p 01), orientando-se por essa perspectiva, explicitam as seguintes exigências como centrais na formação do pedagogo:

Art. 3º. O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Parágrafo Único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

- I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;
- II – a pesquisa, a análise e a aplicação de resultados de investigações de interesse da área educacional;
- III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Alguns desses requisitos encontram-se já incorporados na proposta curricular vigente do Curso de Pedagogia da UFRN (Currículo 004), todavia com um caráter complementar e optativo na formação, não se configurando como constitutivos do percurso formativo de todos os egressos. Entretanto, frente às exigências contemporâneas, bem como às definições contidas nas Diretrizes Curriculares, torna-se

imprescindível a reconfiguração do projeto pedagógico do curso de Pedagogia, como alternativa para melhor qualificar os profissionais formados na Instituição para o exercício de suas funções profissionais e sociais.

## **5. OBJETIVOS**

1. Propiciar uma formação teórico-prática que contemple conhecimentos sobre as instituições educativas, como organizações complexas e responsáveis pela educação para e na cidadania;
2. Promover uma formação para a docência como ação educativa e processo metódico e intencional na educação infantil, ensino fundamental e em cursos de formação do profissional da educação;
3. Articular conhecimentos no campo da gestão educacional e coordenação pedagógica, contribuindo para a elaboração, implantação, acompanhamento e avaliação de projetos e programas educacionais;
4. Integrar ensino, pesquisa e extensão como eixos formativos essenciais para a produção e difusão de conhecimentos no campo educacional.

## **6. PERFIL DO FORMANDO**

O Curso de Pedagogia é uma licenciatura que forma o pedagogo, isto é, o profissional do processo educativo que tem na docência a base de sua identidade profissional. O processo educativo é entendido como uma rede de relações educacionais tecida em uma dinâmica circundante entre o geral e o particular, o local e o global, dimensões que se complementam sem deixar de preservar as características existentes em cada uma delas.

A compreensão, a organização e a gestão dessa rede de relações estão baseadas em fundamentos de diversos campos científicos do conhecimento educacional, considerando como eixo aglutinador a docência. Demarcar a docência, do ponto de vista pedagógico, significa definir um conjunto de saberes específicos/próprios à ação educativa no qual os processos ensino-aprendizagem e de gestão educacional, pautados e desenvolvidos na pesquisa, se constituem na essência do fazer do pedagogo. Portanto, o pedagogo é um profissional apto a assumir as funções de professor, pesquisador, gestor e coordenador em diferentes segmentos e instituições educativas.



## 7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Ao final do curso, espera-se que os alunos e as alunas sejam capazes de:

- Entender os fundamentos éticos, histórico-filosóficos, socioeconômicos, culturais, antropológicos, psicológicos e pedagógicos do fenômeno educativo e da prática docente;
- Demonstrar atitudes de reflexão sobre a sociedade, a educação, a escola, o ser humano e a ação do profissional da educação;
- Contextualizar o processo histórico de organização do conhecimento educacional;
- Analisar os aspectos legais e as diretrizes nacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Distinguir as bases conceituais das diferentes concepções de ensino e de aprendizagem, considerando as suas interfaces e distanciamentos;
- Ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia a crianças, jovens e adultos, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases de desenvolvimento humano e condições objetivas de vida;
- Atuar em articulação com profissionais de outras áreas do conhecimento escolar, considerando o ensino das Artes (Música, Teatro, Artes Visuais e Dança) Literatura e da Educação Física, na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental para crianças, jovens e adultos.
- Assumir a gestão e coordenação pedagógica em de instituições educativas, organizando projetos e planos para a educação básica, considerando as especificidades de seus segmentos, destacando concepções, objetivos, metodologias, processos de planejamento e de avaliação institucional em uma perspectiva democrática;
- Analisar situações-problema envolvendo o planejamento, a execução e avaliação do projeto pedagógico e curricular nas instituições educativas.
- Aplicar normas de leitura e produção de textos científicos e de construção de conhecimentos na pesquisa;
- Participar de atividades socioeducativas e culturais integradas a projetos extensionistas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas e políticas.

- Expressar o pensamento crítico e a autonomia intelectual diante da complexidade do fenômeno educativo;
- Saber conviver em grupos e trabalhar coletivamente, respeitando a diversidade e as diferenças;
- Utilizar-se de diferentes linguagens como meio de expressão e comunicação, demonstrando domínio de tecnologias adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem;
- Valorizar atitudes de solidariedade, de respeito ao outro e de cooperação no desenvolvimento das atividades do curso.

## 8. ESTRUTURA CURRICULAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Pedagogia, Resolução CNE/CP no. 01/2006 se constituem em textos orientadores do debate de reformulação curricular, apresentando propostas para transformar as complexas relações que envolvem o fenômeno educativo e a formação dos sujeitos nele implicados. Essa transformação requer uma ressignificação do projeto pedagógico dos cursos de formação, documento oficial no qual estão explicitadas as teorias e metodologias de ensino e de aprendizagem, para ser entendido como prática pedagógica, como práxis social. Torna-se essencial, portanto, tomar essas diretrizes como orientações políticas e socioculturais, construindo o currículo em um processo de interações e cooperação entre docentes, alunos e comunidade acadêmica, pautado no princípio da base comum nacional para a formação dos profissionais da educação. Esse princípio norteia a formação dos profissionais da educação, rompendo com a noção de “currículo mínimo” para definir os conhecimentos fundamentais para o trabalho pedagógico.

A prática pedagógica concretiza o próprio significado do trabalho docente e está fundada nos processos de ensino e de aprendizagem. Para que esse trabalho se consubstancie nessa prática pedagógica e responda aos objetivos da educação é necessário que se estabeleça uma relação crítica com a sociedade e com a cultura, fator determinante para que a Universidade cumpra suas funções sociais e políticas.

Na natureza do processo educativo está implicada a elaboração de uma relação consciente com o humano e o social, rompendo com as concepções de currículo como documento e de prática pedagógica como execução de tarefa, para incorporar o desenvolvimento de uma atividade construtora de educação e, por consequência, das identidades que se metamorfoseiam na medida em que aprendem. Para Sacristán (2000, p. 15-16),

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em tomo dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica

desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino.

Nessa compreensão, o currículo, enquanto construção social, não é neutro nem atemporal, pois deve estar em consonância com a realidade sócio-econômica e política de cada época. Nele se concretizam práticas sociais, culturais e políticas, com a tomada de decisão sobre conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores que orientam a formação dos sujeitos educativos.

A organização curricular requer, na contemporaneidade, estabelecer relações mais amplas que visem superar a rigidez e a hierarquização dos currículos disciplinares tradicionais. Nesse sentido, a tendência que se coloca é a de que o currículo assuma a perspectiva de estruturar outro movimento em que formas de organização em redes de conhecimentos e de relações orientem as articulações tecidas nas experiências educacionais, formativas e nas práticas pedagógica e social. No currículo em redes, o movimento inclui a superação da fragmentação para considerar a incerteza e o inacabamento, se abrindo para a troca e a reciprocidade entre as diferentes expressões dos conhecimentos científicos, culturais, éticos e estéticos.

Nesse movimento, as relações e interações fortemente estruturadas, hierarquizadas e formais são substituídas por uma prática dialógica e interativa, como fundamento das relações interpessoais, valorizando as experiências cotidianas e culturais dos alunos como sujeitos históricos, que se constituem em uma trama relacional e intersubjetiva permanentemente negociada nos campos de significação educacional e social.

Assim, o desafio constitui-se em formar pedagogos capazes de conduzir a prática pedagógica tanto em função dos indivíduos quanto da instituição e do sistema social como um todo, como forma de atingir a plena realização dos preceitos educativos, contribuindo para o processo de hominização e de apropriação da cultura.

A proposta de estruturar o currículo do curso de Pedagogia da UFRN em rede de conhecimentos revela uma forma de organização em ciclos mais abrangentes compreendidos como **campos de conhecimento**. Essa organização inclui pensar a formação do pedagogo em três dimensões: epistemológica, política e pedagógica.

Na dimensão epistemológica, a mediação dos ciclos se dá pelos significados dos diferentes conceitos desenvolvidos nas ciências que dão suporte à compreensão do fenômeno educativo, articulados aos conhecimentos da experiência, da cultura e do

cotidiano. Para tanto, torna-se imperativo mudar a postura do docente formador frente ao conhecimento para transcender limites, estabelecer comunicações, re-conectar as ligações desfeitas ou perdidas com o movimento da especialização das ciências (GALLO, 2000).

A organização do currículo em campos de conhecimento permite conexões entre aspectos aparentemente inconciliáveis que, no entanto, se articulam na abordagem de significados implicados na mesma trama conceitual. Os conhecimentos experienciais construídos pelos alunos nas suas vivências sociais e culturais são elementos fundamentais no processo de sistematização do conhecimento em rede. Os conhecimentos da experiência representam a possibilidade de articular significados culturais e científicos, no sentido de estruturar análises e sínteses importantes para a generalização de significados gradualmente mais abrangentes. Para tanto, é necessário que o docente compreenda esses conhecimentos, mas que não se restrinja a eles, fazendo o aluno avançar em generalizações e abstrações, transformando o curso em um espaço privilegiado de elaboração e desenvolvimentos de conceitos.

Nesse contexto, a pesquisa tem um papel central na dimensão epistemológica tendo em vista seu caráter criador, capaz de contribuir para produzir um conhecimento novo e uma relação indissociável entre teoria e prática, entre saber e fazer, ou seja, a pesquisa como sistematizadora de saberes, orientada para uma formação profissional comprometida com a transformação social.

A dimensão política inclui a discussão sobre a construção histórica das políticas educacionais e dos processos de gestão e de coordenação das instituições educativas. Representa estabelecer parâmetros de qualidade social para a formação do pedagogo, garantindo a profissionalização docente, articulada às condições de trabalho e à valorização do magistério. Possibilita empreender esforços por uma formação política e tecnológica para os pedagogos e os docentes em todas as licenciaturas, a ser desenvolvida de forma integrada e articulada entre graduação, pós-graduação e formação continuada.

Sendo a UFRN uma instituição pública, a priorização do público como princípio formativo promove vínculos orgânicos com os diferentes níveis de ensino da educação básica, contribuindo para a melhoria da educação destinada às camadas populares da sociedade. O desafio, nessa dimensão, é possibilitar ao aluno conhecer os problemas do seu tempo e lugar, relacionados ao elevado nível tecnológico e de avanço do conhecimento, em contraposição às marcas de exclusão social, para intervir nessa

realidade, transformando a prática pedagógica em prática social. Um espaço para concretizar essa dimensão são as ações extensionistas e de caráter não-formal em âmbitos educativos, bem como as atividades práticas em estágios.

A dimensão pedagógica do currículo tem como referência as discussões sobre a escola, os processos de ensino e de aprendizagem e a prática educativa. A docência envolve não só a ação mediadora na sala de aula, mas, a articulação de ações pedagógicas para que se efetive o ato educativo. Para tanto, a formação do pedagogo requer a elaboração de conhecimentos e de competências em que articulem o político e o tecnológico no seu fazer cotidiano, propiciando uma sólida fundamentação teórico-prática ao profissional pedagogo para atuar na docência, na gestão e na pesquisa.

Nessa configuração, a estrutura curricular organizada em **campos de conhecimento** articula dimensões epistemológica, política e pedagógica que se materializam nos **componentes curriculares**, desenvolvidos, no mínimo, em oito semestres letivos – quatro anos - no turno vespertino, e em dez semestres letivos – cinco anos – no turno noturno.

Os campos de conhecimento estão assim definidos:

- ✓ Ciências da Educação e Práticas Pedagógicas;
- ✓ Gestão e Política Educacional;
- ✓ Escola, ensino-aprendizagem e práticas educativas;
- ✓ Pesquisa Educacional.

Os componentes curriculares articulam a dimensão teórica e prática, em carga horária que corresponde à natureza do trabalho e aos campos de conhecimento para o alcance de objetivos específicos na formação do pedagogo. Por conseguinte, serão desenvolvidos sob a forma de disciplinas e atividades acadêmicas favorecedoras ao exercício docente, às práticas pedagógicas e à produção e registro dos conhecimentos sistematizados.

## **CAMPOS DE CONHECIMENTOS E COMPONENTES CURRICULARES**

---

### **Ciências da Educação e Práticas Pedagógicas**

Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação I  
Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação II  
Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira  
Fundamentos Psicológicos da Educação I  
Fundamentos Psicológicos da Educação II  
Antropologia e Educação  
Fundamentos Socioeconômicos da Educação  
Sociologia da Educação  
Tecnologia e Educação  
Literatura e Educação  
Leitura e Produção de Textos  
Educação e Linguagem  
Educação Infantil  
Educação Especial na perspectiva inclusiva  
Educação de Jovens e Adultos  
Educação Continuada  
Educação e Linguagem  
Leitura e Produção de Textos

---

### **Gestão e Política Educacional**

Políticas Públicas e Gestão da Educação  
Organização e Funcionamento da Educação Brasileira  
Planejamento e Avaliação das Instituições Educativas  
Prática em Gestão e Coordenação Pedagógica

---

## **Escola, ensino-aprendizagem e práticas educativas**

Teorias e Práticas Curriculares

Didática

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Aprendizagem e Desenvolvimento da Linguagem

Alfabetização e Letramento I

Alfabetização e Letramento II

Ensino da Língua Portuguesa I

Ensino da Língua Portuguesa II

Ensino da Matemática I

Ensino da Matemática II

Ensino das Ciências Naturais I

Ensino das Ciências Naturais II

Ensino da História I

Ensino da História II

Ensino da Geografia I

Ensino da Geografia II

Estágio Supervisionado I

Estágio Supervisionado II

Estágio Supervisionado III

Práticas Pedagógicas Integradoras I

Práticas Pedagógicas Integradoras II

Práticas Pedagógicas Integradoras III

## **Pesquisa Educacional**

Seminário de Pesquisa I

Seminário de Pesquisa II

Seminário de Pesquisa III

Seminário de Pesquisa IV

Trabalho de Conclusão de Curso I

Trabalho de Conclusão de Curso II



O projeto curricular proposto atende às exigências explicitadas no Art. 6º. e seus incisos da Resolução CNE/CP no. 01, que pressupõem a estrutura em três núcleos, ou seja, o núcleo de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação de estudos e de estudos integradores, respeitadas as especificidades institucionais locais e as escolhas definidas pelos educadores.

O núcleo de estudos básicos é contemplado com os componentes curriculares obrigatórios e complementares nos quatro campos de conhecimentos expostos acima, de acordo com suas especificidades. Essas especificidades estão relacionadas à formação: para a docência na educação infantil e ensino fundamental com crianças, jovens e adultos; para a gestão e coordenação pedagógica em instituições educativas e setores de trabalho e recursos humanos e para a pesquisa sobre o fenômeno educativo.

O núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos é desenvolvido em articulação com a pesquisa, as práticas pedagógicas integradas, práticas de gestão e os estágios em que os requisitos de atuação profissional serão abordados, articulando as teorias da educação à situações-problema identificadas em diferentes contextos institucionais.

O núcleo de estudos integradores está previsto em atividades de iniciação à pesquisa, monitoria e extensão, orientadas pelos docentes do curso, que serão computadas em 100 horas de atividades teórico-práticas.

Em suma, essa estrutura requer pensar uma dinâmica própria e inovadora de realização da prática curricular, pautada em princípios e organizada em uma metodologia específica para assegurar a efetiva realização dessa prática em redes de conhecimentos e de relações interpessoais. Entendido como práxis, o currículo contribui para a reconstrução de saberes a partir da reflexão permanente sobre ação na sala de aula e em outros contextos educativos privilegiados no curso como espaços formativos.

## EXIGÊNCIAS PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

OBRIGATÓRIAS						OPTATIVA	CARGA HORÁRI A TOTAL  3220
DISCIPLINAS				ATIVIDADES (CH II)		180	
CRÉDITOS (CR)		C. HORÁRIA (CH)				CH (III)	
Aula	Lab	Aula	Lab	Estágio	Outras		
168	xx	2640	xx	300	100		
Total CR (A + L):			Total CH (I): (A + L):		Total CH (II): (E + O)		

DURAÇÃO DO CURSO VESPERTINO (EM SEMESTRES)		
MÁXIMO	IDEAL	MÍNIMO
12 semestres	8 semestres	7 semestres

DURAÇÃO DO CURSO NOTURNO (EM SEMESTRES)		
MÁXIMO	IDEAL	MÍNIMO
14 semestres	10 semestres	9 semestres

LIMITE DE CRÉDITOS POR SEMESTRE - VESPERTINO		
MÁXIMO	IDEAL	MÍNIMO
30	26	16

LIMITE DE CRÉDITOS POR SEMESTRE - NOTURNO		
MÁXIMO	IDEAL	MÍNIMO
24	18	08

**TURNO VESPERTINO**

<b>1º SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>Obr</b>	<b>CR</b>	<b>CH</b>	<b>Requisito</b>	<b>Co/P ré</b>
EDU5000	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação I	x	04	60		
EDU5001	Fundamentos Psicológicos da Educação I	x	04	60		
EDU5002	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	x	04	60		
EDU5003	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	x	04	60		
EDU5004	Educação e Linguagem	x	02	30		
EDU5005	Seminário de Pesquisa I	x	02	30		
EDU5006	Práticas Pedagógicas Integradas I	x		30		
LET001	Leitura e Produção de Textos	x	04	60		
<b>2º SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>Obr</b>	<b>CR</b>	<b>CH</b>	<b>Requisito</b>	<b>Co/P ré</b>
EDU5007	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação II	x	06	90	EDU5000	P
EDU5008	Fundamentos Psicológicos da Educação II	x	04	60	EDU5001	P
EDU5009	Políticas Públicas e Gestão da Educação	x	04	60	EDU5002	
EDU5010	Sociologia da Educação	x	04	60		
EDU5011	Aprendizagem e Desenvolvimento da Linguagem	X	04	60	EDU5001 EDU5004	
EDU5012	Seminário de Pesquisa II	x	02	30	EDU5005	P
EDU5013	Práticas Pedagógicas Integradas II	x		30	PP I EDU5006	P
<b>3º SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>Obr</b>	<b>CR</b>	<b>CH</b>	<b>Requisito</b>	<b>Co/P ré</b>
EDU5014	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira	X	06	90	EDU5007	P
EDU5015	Didática	X	06	90	EDU5008	P
EDU5016	Planejamento e Avaliação das Instituições Educativas	X	04	60	EDU5009	P
EDU5017	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	X	04	60	EDU5008	P
EDU5018	Educação Infantil	x	04	60		
EDU5019	Alfabetização e Letramento I	X	04	60	EDU5004	P
EDU5020	Práticas Pedagógicas Integradas III	X		30	EDU5013	P
<b>4º SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>Obr</b>	<b>CR</b>	<b>CH</b>	<b>Requisito</b>	<b>Co/P ré</b>
EDU5021	Teorias e Práticas Curriculares	X	04	60	EDU5003 EDU5007	P
EDU5022	Antropologia e Educação	X	04	60		
EDU5023	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	X	04	60	EDU5017	
EDU5024	Alfabetização e Letramento II	X	04	60	EDU5019	P
EDU5025	Seminário de Pesquisa III	X	02	30	EDU5012	P
EDU5026	Educação de Jovens e Adultos	X	04	60		
EDU5027	Prática em Gestão e Coordenação Pedagógica	X	04	60	EDU5009	P

5º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/P ré
EDU5028	Ensino da Língua Portuguesa I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5029	Ensino da Matemática I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5030	Ensino das Ciências Naturais I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5031	Ensino da História I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5032	Ensino da Geografia I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5033	Seminário de Pesquisa IV	X	02	30	EDU5025	P
EDU5034	Estágio Supervisionado I - 6h	X		105	EDU5015	P
6º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/P ré
EDU5035	Ensino da Língua Portuguesa II	X	06	90	EDU5028	P
EDU5036	Ensino da Matemática II	X	06	90	EDU5029	P
EDU5037	Ensino das Ciências Naturais II	X	06	90	EDU5030	P
EDU5038	Ensino da História II	X	06	90	EDU5031	P
EDU5039	Ensino da Geografia II	X	06	90	EDU5032	P
7º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/P ré
EDU5040	Teoria e Prática da Literatura I	X	04	60	EDU5035	P
EDU5041	Trabalho de Conclusão de Curso I	X	02	30	EDU5033	P
EDU5042	Tecnologia e Educação	X	04	60		
EDU5043	Estágio Supervisionado II	X		105	EDU5034	P
EDU5044	Educação Continuada	x	04	60		
EDU5045	Disciplina optativa		04	60		
8º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/P ré
EDU5046	Estágio Supervisionado III	X		90	EDU5043	P
EDU5047	Trabalho de Conclusão de Curso II	X	--	30	EDU5041	P
EDU5048	Disciplina optativa		04	60		
EDU5049	Disciplina optativa		04	60		

**TURNO NOTURNO**

1º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5000	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação I	x	04	60		
EDU5001	Fundamentos Psicológicos da Educação I	x	04	60		
EDU5003	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	x	04	60		
LET001	Leitura e Produção de Textos	X	04	60		
EDU5002	Organização e Funcionamento da Educação Brasileira	x	04	60		
2º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5007	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação II	X	06	90	EDU5000	P
EDU5008	Fundamentos Psicológicos da Educação II	X	04	60	EDU5001	P
EDU5004	Educação e Linguagem	x	02	30		
EDU5010	Sociologia da Educação	X	04	60		
EDU5005	Práticas Pedagógicas Integradas I	x		30		
EDU5006	Seminário de Pesquisa I	X	02	30		
3º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5014	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação Brasileira	X	06	90	EDU5007	P
EDU5011	Aprendizagem e Desenvolvimento da Linguagem	X	04	60	EDU5001 EDU5004	P
EDU5013	Práticas Pedagógicas Integradas II	X		30	EDU5006	P
EDU5017	Educação Especial na perspectiva Inclusiva	X	04	60	EDU5008	P
EDU5044	Educação Continuada	x	04	60		
4º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5009	Políticas Públicas e Gestão da Educação	X	04	60	EDU5002	
EDU5022	Antropologia e Educação	X	04	60		
EDU5023	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	X	04	60	EDU5017	
EDU5012	Seminário de Pesquisa II	X	02	30	EDU5005	P
EDU5020	Práticas Pedagógicas Integradas III	X		30	EDU5013	P
EDU5026	Educação de Jovens e Adultos	X	04	60		
5º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5015	Didática	X	06	90	EDU5008	P
EDU5016	Planejamento e Avaliação das Instituições Educativas	X	04	60	EDU5009	
EDU5018	Educação Infantil	X	04	60		
EDU5019	Alfabetização e Letramento I	X	04	60	EDU5004	
EDU5025	Seminário de Pesquisa III	X	02	30	EDU5012	P
6º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5021	Teorias e Práticas Curriculares	X	04	60	EDU5003 EDU5007	P
EDU5024	Alfabetização e Letramento II	X	04	60	EDU5019	P
EDU5027	Prática em Gestão e Coordenação Pedagógica	X	04	60	EDU5009	P
EDU5033	Seminário de Pesquisa IV	X	02	30	EDU5025	P
	Disciplina optativa		04	60		
EDU5034	Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado de Formação de Professores I	X		105	EDU5015	P

7º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5028	Ensino da Língua Portuguesa I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5029	Ensino da Matemática I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5030	Ensino das Ciências Naturais I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5031	Ensino da História I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
EDU5032	Ensino da Geografia I	X	04	60	EDU5015 EDU5021	P
8º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5035	Ensino da Língua Portuguesa II	X	06	90	EDU5028	P
EDU5038	Ensino da História II	X	06	90	EDU5038	P
EDU5039	Ensino da Geografia II	X	06	90	EDU5032	P
	Disciplina optativa		02	30		
9º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
	Disciplina optativa		02	30		
EDU5041	Trabalho de Conclusão de Curso I	X	02	30	EDU5033	P
EDU5043	Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado de Formação de Professores II	X		105	EDU5034	P
EDU5036	Ensino da Matemática II	X	06	90	EDU5029	P
EDU5037	Ensino das Ciências Naturais II	X	06	90	EDU5030	P
10º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	Obr	CR	CH	Requisito	Co/Pré
EDU5046	Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado de Formação de Professores III	X		90	EDU5041	
EDU5045	Trabalho de Conclusão de Curso II	X		30	EDU5043	
EDU5042	Tecnologia e Educação	X	04	60		
	Disciplina optativa	X	04	60		
EDU5040	Teoria e Prática da Literatura I	X	04	60	EDU5035	

### DISCIPLINAS OPTATIVAS

<b>Código</b>	<b>DISCIPLINA/ATIVIDADE</b>	<b>CR</b>	<b>CH</b>	<b>Requisito</b>	<b>Co/Pré</b>
	Educação Ambiental	02	30		
	Educação do Campo	04	60		
	Tópicos em Diversidade	04	60		
	Prática Pedagógica na Educação Infantil	04	60		
	Oficinas Pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos	04	60		
	Corpo, Movimento e Educação (Estética e Ludicidade)	04	60		
	Política de Educação Popular e de Adultos				
	Tecnologia e Ensino	04	60		
	Arte e Educação	04	60		
	Metodologia do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais I	04	60		
	Metodologia do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais II	04	60		
	Metodologia do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais III	04	60		
	Teoria e Prática da Literatura II	04	60		
	Tecnologia Assistiva	04	60		
	História das Relações de Gênero e Educação	04	60		
	História de Vida e Formação Docente	04	60		
	Representações Sociais e Construção do Conhecimento	04	60		
	Práticas Pedagógicas em contextos não escolares	04	60		
	Coordenação do Trabalho Pedagógico I	04	60		
	Tópicos Especiais I	02	30		
	Tópicos Especiais II	02	30		
	Tópicos Especiais III	04	60		
EST 0224	Estatística na Educação	04	60		

## QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA I					
Disciplinas do currículo vigente:			Disciplinas do currículo proposto:		
Cód.	Denominação	CR.	Cód.	Denominação	CR.
EDU 0590	Sociologia da Educação	6		Sociologia da Educação	04
LET 001	Língua Portuguesa	04		Leitura e Produção de Textos	04
EDU 0589	Psicologia Educacional I	4		Fundamentos Psicológicos I	04
EDU 0592	Psicologia Educacional II	4		Fundamentos Psicológicos II	04
EDU 0593	Fund. Hist. Fil. da Educ. I	4		Fundamentos Hist. Fil. I	04
EDU 0583	Fund. Hist. Fil. da Educ. II	3		Fundamentos Hist. Fil II	06
EDU 0588	História da Educação Brasileira	5		Fundamentos Hist. Fil. da Ed. Brasil	06
EDU 0594	Filosofia da Educação Brasileira	4			
EDU 0586	Antropologia e Educação	4		Antropologia e Educação	04
EDU 0628	Pesquisa Educacional	4		Seminários de Pesquisa III Seminário de Pesquisa IV	06
	Literatura Infantil	4		Teoria e Prática da Literatura I	04
EDU 0585	Fund. Socioecon. Da Educ.	5		Fund. Soc..Ec. da Educação	04
EDU 0597	Estrut. e Func. do Ens. de 1º e 2º grau	4		Organização e Funcionamento da Educação no Brasil	04
EDU 0632	O Ens. da Geog. No 1º grau I	4		Ensino de Geografia I	04
EDU 0631	O Ens. da Hist. No 1º grau I	4		Ensino de História I	04
EDU 0633	O Ens. da Mat. No 1º grau I	4		Ensino de Matemática I	04
EDU 0634	O Ens. das Ciên. Fis. e Bio. no 1º grau I	4		Ensino de Ciências Naturais I	04
EDU 0630	O Ensino da Língua Port. no 1º grau I	4		Ensino de Língua Portuguesa I	04
EDU 0637	O Ens. da Geog. no 1º grau II	4		Ensino de Geografia II	06
EDU 0636	O Ens. da Hist. no 1º grau II	4		Ensino de História II	06
EDU 0638	O Ens. da Mat. No 1º grau II	4		Ensino de Matemática II	06
EDU 0639	O Ens. das Ciên. Fis. e Bio. no 1º grau II	4		Ensino de Ciências Naturais II	06
EDU 0635	O Ensino da Língua Port. no 1º grau II	4		Ensino de Língua Portuguesa II	06



EDU 0595	Processo de Alfabetização	6		Alfabetização e Letramento I Alfabetização e Letramento II	04 04
EDU 0664	Prática Pedagógica na Ed. Infantil	4			
EDU 0662	Fund. da Educação Infantil	6		Educação Infantil	04
EDU 0591	Aqui. e Desenv. da Linguagem	4		Aprendizagem e Desenvolvimento da Linguagem	04
EDU 0598	Currículos e Programas	6		Teorias e Práticas curriculares	04
EDU 0599	Didática Geral	6		Didática	06
EDU 0658	Introdução a Educ. Especial	4		Educação Especial na perspectiva Inclusiva	04
EDU 0670	Introdução à Tec, Educacional	4		Tecnologia e Educação	04
EDU 0629	Monografia I	2		Trabalho de Conclusão de Curso I	02
EDU 0652	Monografia II	2		Trabalho de Conclusão de Curso II	02
EDU0651	Prática de Ensino na Escola de 1º. Grau	4		Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III	
ART 053	Fundamentos da Arte na Educação			Arte e Educação	
EDU 0564 EDU 0565	Seminário de Pesquisa I Seminário de Pesquisa II	1 2		Seminário de Pesquisa III	02
EDU 0566	Seminário de Pesquisa III	3		Seminário de Pesquisa IV	02

DISCIPLINAS NÃO INCLUÍDAS E NÃO EQUIVALENTES		
Cód.	Denominação	CR.
EDU 0648	Prát. de Ens. em Met. da Geog.	2
EDU 0649	Prát. de Ens. em Met. da Mat.	2
EDU 0650	Prát. de Ens em Met. das Ciên. Fis. e Biol.	2
EDU 0673	Vídeo e Educação	2
EST 0224	Estatística na Educação	4
EDU 0651	Prát. de Ens. na Esc. de 1º grau	2
EDU 0641	Prát. de Ens. em Fil. da Educ.	2
EDU 0640	Prát. de Ens. em Hist. da Educ.	2
EDU 0642	Prát. de Ens. em Sociol. da Educ.	2
EDU 0643	Prát. de Ens. em Psicol. Educ.	2
EDU 0644	Prát. de Ens. em Didática	2
EDU 0645	Prát. de Ens. em E. e F. do Ens. 1º e 2º grau	2
EDU 0646	Prát. de Ens. em Met. da L. Port.	2
EDU 0659	Met. do Ens. em Educ. Especial I	4
EDU 0674	Produção de Vídeo em Educação	4
EDU 0672	Rádio e Televisão Educat.	4
EDU 0668	Experiências de Edu. de Ad. I	

EDU 0671	Comunicação Visual	2
EDU 0640	Prát. de Ens. em Hist. da Educ.	2
LET 222	Fundamentos Lingüísticos	4
EDU 0671	Comunicação Visual	2
	Fundamentos da Educação Especial	6
ART 002	Formas de Exp. E Com. Artística I	6
Art 003	Formas de Exp. E Com. Artística II	6
ART 004	Formas de Exp. E Com. Artística III	6
EDU 0661	Metod. do Ens. em Ed. Esp. III	04
EDU 0659	Met. do Ens. em Ed. Especial II	04
EDU 0660	Met. do Ens. em Educ. Espec. I	4
EDU 0584	Fund. da Psicologia Educacional	3
EDU 0666	Política de Edu. Pop. e de Ad.	4

DISCIPLINAS DO CURRÍCULO NOVAS E NÃO EQUIVALENTES		
Cód.	Denominação	CR.
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	04
	Tecnologia Assistiva	04
	Seminário de Pesquisa III	02
	Seminário de Pesquisa IV	02
	Práticas Pedagógicas Integradoras I	02
	Práticas Pedagógicas Integradoras II	02
	Práticas Pedagógicas Integradoras III	02
	Práticas Pedagógicas Integradoras IV	02
	Introdução à docência	04
	Estágio Supervisionado III	06
	Políticas Públicas e Gestão da Educação	04
	Planejamento e Avaliação das Instituições Educativas	04
	Prática em Gestão Escolar	04
	História de Vida e Formação Docente	04
	Representações Sociais e Construção do Conhecimento	04
	Práticas Pedagógicas em contextos não escolares	04
	Corpo, Movimento e Educação (Estética e Ludicidade	04
	Leitura e Produção de Textos	04
	Educação Continuada	04
	Metod. do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais I	04
	Metod. do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais II	04
	Metod. do Ens. na Educação de Pessoas com Necessidades Especiais III	04

## 9 - METODOLOGIA E DINÂMICA CURRICULAR

O currículo enquanto instrumento orientador da prática pedagógica e, ao mesmo tempo, orientado por ela, requer princípios balizadores desta prática, de acordo com a autonomia da instituição e o compromisso docente. Esses princípios balizadores se concretizam nos processos de ensino e de aprendizagem. Compreendendo a indissociabilidade entre aprender e ensinar, o ensino como mediação para a aprendizagem possibilita a transformação de processos interpsicológicos, interpessoais, em processos intrapsicológicos, intrapessoais (VYGOTSKY, 1991a). A aprendizagem se efetiva na inter-relação com o outro, mediada pela linguagem, como elaboração compartilhada de significações. É, portanto, essencialmente social e dialógica, mas, ao mesmo tempo, se materializa individualmente à medida que ativa e consolida processos internos que, no curso do desenvolvimento humano, convertem-se em apropriações do indivíduo.

Aliada a essa concepção de aprendizagem, torna-se fundamental definir quais os conhecimentos necessários ao professor para que realize a tarefa de mediar a aprendizagem dos alunos, contribuindo para seu pleno desenvolvimento psicossocial e para a formação de conceitos, procedimentos e atitudes. Essa mediação ocorre em um processo de ensino que tem como tarefa “desenvolver o pensamento dos alunos na sua capacidade de analisar e generalizar os fenômenos da realidade, de raciocinar corretamente; numa palavra desenvolver no ‘todo’ as suas faculdades mentais” (KOSTIUK, 1977, p.58).

Essas concepções de ensino e de aprendizagem devem orientar, nesse projeto pedagógico, o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades nos egressos de Pedagogia para que exerçam, de modo efetivo e consequente, funções docentes junto a crianças, jovens e adultos, tanto com aqueles considerados dentro dos padrões da “normalidade” quanto com os que apresentam deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento, numa perspectiva inclusiva.

Para tanto, deverão ser considerados como princípios balizadores do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia: flexibilidade; interdisciplinaridade; relação teoria e prática; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e gestão democrática do processo educativo.

Essa perspectiva formativa atende às exigências de formação de professores, previstas na LDB nº 9394/96, que propugna a autonomia das instituições de educação superior na construção do projeto curricular do curso. Essa autonomia está relacionada ao princípio balizador deste projeto, ou seja, a **flexibilidade**. Esse princípio orienta o desenvolvimento de competências que capacitem o profissional para transitar por novas perspectivas do mundo do trabalho e em contextos de diversidade social e cultural, assim como e norteia os demais princípios formativos.

A flexibilidade é central na tomada de decisão de cada instituição de educação superior na formulação dos projetos pedagógicos de cursos. No caso da UFRN, a perspectiva é ampliar a formação do pedagogo para atuar além da docência, assegurando a formação de competências para a gestão e coordenação pedagógica e para a pesquisa sobre o fenômeno educativo.

Nesse sentido, foram sistematizados componentes curriculares que enfocam a educação básica durante todo o curso, flexibilizando a abordagem nos conhecimentos das ciências da educação e das teorias curriculares e pedagógicas, em articulação à prática pedagógica, à pesquisa, às tecnologias de informação e de comunicação, às metodologias e linguagens específicas aplicadas aos ensinos, à literatura, ao processo de inclusão social e educativo. Contempla, dessa forma, uma organização voltada para o fortalecimento da formação do docente para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental (anos iniciais regulares e modalidade em jovens e adultos), para a gestão e coordenações de sistemas e instituições educativas e para a produção de conhecimentos sobre o fenômeno educativo mediada pela pesquisa.

A dinâmica curricular se organiza em rede de conhecimentos, num movimento articulado, mas não dependente, entre os campos de conhecimento e os componentes curriculares. Nessa proposição, a **flexibilização** favorece a diminuição de pré-requisitos entre os componentes, conservando-os apenas entre aqueles que dão sequência à abordagem dentro de uma mesma área. A conotação estritamente sequenciada de maior ou menor relevância entre componentes curriculares dará lugar a uma postura pedagógica de construção do conhecimento sob a ótica da articulação entre as áreas em diversos níveis e momentos de formação.

Nesse projeto, assumir o **princípio da interdisciplinaridade** na formação do pedagogo implica em reorganizar os conhecimentos e as práticas de ensino para estabelecer articulações e comunicações entre os campos de conhecimento e componentes curriculares necessários à compreensão e intervenção sobre a prática

educativa. Um projeto interdisciplinar de formação assume uma perspectiva de superação de uma ótica disciplinar e fragmentária no sentido de conceber e praticar a ciência como totalidade, compreendida não como soma das partes, mas na sua inteireza e inter-relações, como possibilidade de explicação e compreensão do todo, como afirma Pombo (2004, p. 21)

[...] o todo não é a soma das partes, a especialização tem de ser complementada, ou mesmo em alguns casos substituída, por uma compreensão interdisciplinar capaz de dar conta das configurações, dos arranjos, das perspectivas múltiplas que a ciência tem de convocar para o conhecimento mais aprofundado dos seus objectos de estudo.

A assunção desse princípio não significa a sua concretização imediata na prática pedagógica. Tal concretização envolve um processo lento que implica superação de dificuldades e resistências por parte dos docentes, cuja matriz de formação ainda está impregnada da lógica disciplinar. De acordo com Fazenda (1998, p. 14), “[...] uma formação interdisciplinar evidencia-se não apenas na forma como ela é exercida, mas também na intensidade das buscas que empreendemos enquanto nos formamos, nas dúvidas que adquirimos e na contribuição delas para nosso projeto de existência”.

Para realização dessa proposta na dinâmica do currículo, enseja-se a realização de **Seminários Interdisciplinares** semestrais, programados e coordenados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, que se organizarão em duas perspectivas: a primeira, como espaço de socialização dos conhecimentos produzidos e/ou reelaborados e as necessidades evidenciadas pelos alunos e docentes nos componentes curriculares; a segunda, como espaço de formação continuada dos docentes do curso, que terão a possibilidade de buscar respostas às suas indagações e construir abordagens conjuntas e articuladas entre os campos de conhecimentos. Dessa maneira, o trabalho coletivo apresenta-se como exigência para avançar em uma proposição interdisciplinar, tanto pela possibilidade de reflexão conjunta sobre as ações a serem desenvolvidas, quanto pelo compartilhamento de novos conhecimentos e capacidades necessárias ao docente formador no desempenho do trabalho pedagógico.

Nessa organização, o terceiro princípio teórico-metodológico a ser considerado é **articulação entre teoria e prática** que perpassa todo o curso de formação, tendo em vista que no processo de construção de conhecimentos a teoria reflete a prática da qual

se origina e à qual retorna, em um movimento dialético de ação/reflexão/ação. Com esse princípio, o esforço do curso é romper com a justaposição entre teoria e prática presente na visão de grade curricular, em que o momento da prática se reduz à prática de ensino que ocorre nos últimos semestres do curso.

Nesse esforço, a prática será considerada, no projeto do curso, em três diferentes dimensões que não se superpõe, mas se entrelaçam no fazer docente e no projeto formativo. A primeira dimensão é a **prática profissional** fundada no trabalho como princípio educativo (GRAMSCI, 1982). Compreendida como o conjunto de elementos que dão identidade ao pedagogo e ao trabalho docente, a prática profissional perpassa todo o curso, desde o **Seminário Preparatório para os Estudos Universitários**, a ser realizado na primeira semana de cada semestre de ingresso pelo vestibular, até ao desenvolvimento dos componentes curriculares em todos os campos de conhecimentos.

O componente curricular Introdução à Docência está sendo proposto neste projeto pedagógico como desencadeador de discussões sobre a formação do pedagogo e sua prática em diferentes modalidades e contextos educativos, mas não esgota a discussão sobre a docência no curso. Ao contrário, a docência como base da formação deve orientar as ações acadêmicas necessárias ao desenvolvimento das competências e habilidades elencadas neste projeto pedagógico.

A segunda dimensão referida diz respeito à **prática pedagógica**, considerada central de desenvolvimento na formação do pedagogo e no seu compromisso social com a docência. A prática pedagógica diz respeito, não só à prática de ensino desenvolvida na sala de aula, mas à tomada de decisões que antecedem e sucedem a aula, envolvendo ações de planejamento, execução e avaliação de intenções, ações, metodologias, recursos didáticos, distribuição de espaço/tempos, relações e aprendizagens no processo educativo.

Neste projeto curricular, a discussão sobre a prática pedagógica deve ser contemplada em todos os componentes curriculares do curso, embora seja dada maior ênfase: nos quatro componentes curriculares denominados Práticas Pedagógicas Integradas, totalizando 120 horas de formação, desenvolvidos nos primeiros semestres do curso com o objetivo de articular as disciplinas de fundamentos histórico-filosóficos, sócio-econômicos, psicossociais e culturais à prática do pedagogo em sistemas educativos; em componentes como Didática, Teorias e práticas curriculares, e fundamentos da Educação Infantil, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e de Adultos; nos componentes que abordam as questões sobre os ensinamentos de Linguagem e

Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais; nas 300 horas de estágios supervisionados em escolas de educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais regulares e na modalidade para jovens e adultos) e em instituições educativas não-formais; nos componentes do campo de conhecimentos da gestão e política educacional. Para a maior articulação com os sistemas públicos foi estabelecido convênio com a Prefeitura Municipal de Natal, assegurando a abertura das escolas municipais à participação dos alunos do Curso de Pedagogia em estágios, pesquisas e projetos de extensão.

A terceira dimensão a ser considerada na articulação entre a teoria e prática na formação do pedagogo é **a prática social**. Essa dimensão favorece a compreensão do processo educativo em sua amplitude à medida que considera a interação do homem com a história como alternativa para transformar suas condições objetivas de vida, formando o exercício da crítica sobre a realidade educacional e social e construindo formas de intervenções nessa realidade. A ação docente, nesse sentido, assume um papel que transcende a mera transmissão de informações, requerendo que os docentes sejam “profissionais que devem diagnosticar o contexto de trabalho, tomar decisões, atuar e avaliar a pertinência das atuações, a fim de reconduzi-las no sentido adequado” (ZABALA, 1998, p. 10).

Essas dimensões da prática – profissional, pedagógica e social – demandam, por sua vez, o desenvolvimento, por parte do formando e dos formadores, além de conhecimentos e procedimentos, de atitudes de ordem ética e estética. Com relação à ética, as práticas envolvem atitudes de autonomia, responsabilidade, solidariedade, bem como o respeito ao indivíduo e à coletividade, aos direitos e deveres da cidadania e à ordem democrática. Com relação à dimensão estética, as práticas envolvem – e requerem – o desenvolvimento da sensibilidade, da afetividade, da criatividade e da criticidade frente à diversidade e a adversidade que caracterizam os sujeitos e os contextos socioeducativos.

O quarto princípio curricular, da **indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão**, está relacionado ao princípio de pertinência e relevância social dos conhecimentos a serem privilegiados no curso e na formação do pedagogo. A plena realização desse princípio requer considerar o conjunto das atividades formativas em um processo de realimentação permanentemente em todos os momentos do curso para assegurar o desenvolvimento de competências técnicas, epistemológicas e políticas.

A indissociabilidade está relacionada, também, ao desenvolvimento da ética e da sensibilidade afetiva e estética, oportunizando a interconexão entre a Universidade e a realidade social, contribuindo para a realização da sua função do social. No Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN, o ensino, nos cursos de graduação, habilita à obtenção de grau acadêmico ou profissional e em atividade técnica ou científica. A pesquisa objetiva produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, associando-se ao ensino e à extensão. A extensão objetiva intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade, por meio de um processo educativo, cultural, científico e artístico.

Neste projeto pedagógico, o ensino, a pesquisa e a extensão se integram para possibilitar, ao pedagogo, uma formação técnico-profissional que envolva a construção de atitudes e procedimentos de investigação e reflexão permanente sobre o objeto de sua atuação - a educação. Envolve, ainda, o desenvolvimento de habilidades requeridas ao compromisso com a transformação social e educacional, em atividades acadêmicas que integrem a Universidade com a comunidade norte-riograndense, na busca de soluções e alternativas para seus problemas e necessidades educativas e sócio-culturais.

A pesquisa, entendida como princípio de formação, será assegurada em todas as disciplinas, com ênfase nos componentes curriculares denominados Seminários de Pesquisa I, II, III, IV e nos componentes Trabalhos de Conclusão de Curso I e II. Como requisito para conclusão do curso, o aluno deverá desenvolver uma pesquisa sobre tema de seu interesse que culminará em uma produção – monografia, artigo científico, relatório analítico ou memorial formativo – cuja normatização será especificada em Resolução própria do Colegiado do Curso.

A indissociabilidade permeia, portanto, todas as atividades acadêmicas do curso, embora esteja fortemente caracterizada nas 100 horas de atividades complementares. As atividades curriculares designadas como complementares correspondem a um conjunto de ações acadêmicas desenvolvidas pelos alunos, as quais devem manter relações de pertinência com os princípios assumidos pelo Curso e com o correlato perfil de graduando estabelecido nesse documento.

**Grupo I – Atividades de Ensino** – compreendem o envolvimento com: monitoria de disciplinas ligadas ao Curso de Pedagogia; participação em estágio não obrigatórios, devidamente reconhecido pela Universidade e pelo Curso; participação em projetos e/ou programas que impliquem em alguma forma de docência (tutoria, oficina,



acompanhamento individualizado) ou ao exercício efetivo da docência no sistema público ou privado de ensino.

**Grupo II – Atividades de Pesquisa** – abrangem atividades vinculadas à iniciação científica, nas modalidades de bolsista e de voluntário, cujo registro de carga horária considerará não apenas a vinculação do aluno ao projeto de pesquisa do professor-pesquisador, mas a sua correlata produção acadêmica;

**Grupo III – Atividades de Extensão** – consideram a participação do aluno em: cursos, eventos e projetos vinculados à extensão universitária; participação em comissões e colegiados no contexto da UFRN, bem como, em outras instâncias acadêmico-sociais, na condição de representante estudantil; envolvimento efetivo com Empresas Juniores, conselhos comunitários etc, se for o caso;

**Grupo IV – Atividades propostas pelo Curso** - de iniciativa do curso, por meio do Colegiado, e assumido por um ou mais professores, a proposição de atividades complementares específicas contemplam questões teórico-metodológicas referentes à formação do professor, em diálogo com os demais componentes curriculares e com o processo de avaliação e monitoramento do Curso de Pedagogia. Tais atividades podem ter um caráter esporádico ou regular e seu registro acadêmico pode ser efetivado como extensão universitária.

A preocupação com a distribuição equitativa da carga horária possibilita a variedade de experiências acadêmicas complementares, ratifica a interpenetração das atividades distribuídas nos grupos. Aliado à indicação do Grupo IV, a normatização em Resolução própria do Colegiado do Curso, reiterará uma preocupação pedagógica em qualificar e quantificar as atividades complementares, contribuindo, por conseguinte, com uma formação integral, a partir da **indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão** e da perspectiva da constituição de interfaces com a realidade social e escolar como inerentes ao processo formativo cidadão do professor.

O quinto e último princípio diz respeito à **gestão democrática do processo educativo**. Esse princípio, relacionado com as atividades complementares, reorienta o debate sobre a rede de relações de poder tecidas na formação do pedagogo para pensar outras formas de gestão dessas relações e das instituições educativas contrárias ao autoritarismo, à centralização e à dominação. Essas relações se reproduzem cotidianamente entre gestores, docentes, funcionários e alunos, afetando a definição de objetivos, procedimentos e avaliações no Curso.

Neste projeto de curso, a gestão democrática será assegurada no debate dos componentes curriculares do campo de conhecimento gestão e políticas educacionais e na organização de espaços/tempos de decisões coletivas, voltadas especialmente para formação do pedagogo com qualidade tecnológica e política e a produção de conhecimentos socialmente relevantes sobre a escola, o ensino e a formação e desenvolvimento humano. Nesse sentido, a participação de docentes, funcionários e alunos nos fóruns de decisões, em especial no Colegiado do Curso, em que são promovidos debates sobre as políticas, o currículo e a vida acadêmica será um requisito à concretização da rede de relações políticas, pedagógicas e epistemológicas que dão materialidade à formação do pedagogo.

Finalmente, expostos os princípios que darão as bases à dinâmica curricular, reitera-se a necessidade de que sejam definidos procedimentos de acompanhamento e de avaliação coletivos, essenciais para a concretização, na prática curricular, das intenções e proposições que eles explicitam e almejam alcançar.

## 10. AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos que integram o projeto pedagógico do Curso de Pedagogia terão como parâmetro a retroalimentação na análise do desenvolvimento desse projeto para o realinhamento das ações acadêmicas. A avaliação representa, assim, um processo contínuo de diagnóstico, acompanhamento e atribuição de valores de qualidade ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos e das atividades acadêmicas do curso. Nesse sentido, a perspectiva é assumir os pressupostos da avaliação formativa como orientadores das práticas avaliativas, visando assegurar a melhoria da qualidade social da formação do pedagogo..

A avaliação formativa representa um esforço para superar formas autoritárias e centralizadoras de verificação do desempenho do aluno, tendo em vista sua natureza inclusiva e democrática, sendo entendida como “[...] toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens em curso, qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação do ensino” (MENDES, 2005, p. 178).

Nesse sentido, a avaliação se caracteriza como um processo contínuo que se dará em duas vertentes concomitantes e complementares: a avaliação do desenvolvimento desse projeto pedagógico e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

- a) A avaliação do Projeto Pedagógico tem como foco o acompanhamento e apreciação das políticas educacionais, das ações institucionais e da concretização do projeto curricular no Curso. Ao centralizar seu enfoque nos processos, relações, decisões e resultados dessas ações, a avaliação do Projeto Pedagógico integrará, também, um processo de auto-avaliação dos docentes envolvidos, e de avaliação externa, que comporta dois tipos de sujeitos: internos a UFRN – alunos, docentes e profissionais da instituição - e externos – pais, entidades sociais e parceiros de ações.

Como preceitos básicos da avaliação são apontados a comparabilidade, o respeito às normas institucionais e a continuidade da avaliação durante a implantação da proposta curricular. A comparabilidade busca a uniformidade básica de metodologia e indicadores como evasão, situação/atuação dos egressos, etc. A uniformização de metodologia se faz necessária, não para a definição de índices, mas para instrumentalizar, tanto a análise de causas dos problemas, bem como o planejamento de ações que visem sua superação.

As normatizações propostas pela UFRN devem ser respeitadas em nome da constituição da identidade institucional que contempla as características próprias de cada instituição, visualizando-as no contexto das diferenças do sistema educacional. As situações diferenciadas quanto à natureza, pretensões, qualificação, estágios de desenvolvimento se refletem em desempenhos diferenciados. A metodologia da auto-avaliação como estágio inicial da avaliação possibilita a reflexão sobre sua identidade e especificidades antes da adesão ao processo de avaliação global do sistema.

O processo de continuidade permitirá a comparabilidade dos dados em momentos distintos revelando o grau de eficácia das medidas adotadas, a partir dos dados obtidos, bem como a confiabilidade dos instrumentos e resultados obtidos. Apenas a continuidade poderá garantir a construção da cultura da avaliação, em um modelo complexo e não único, que deve atender a situações diversas.

- b) Avaliação do processo ensino-aprendizagem baseia-se em uma avaliação processual, proposta pela Resolução n. 103/2006 – CONSEPE, de 19 de setembro de 2006, e se organiza em etapas complementares de operacionalização:

Avaliação Diagnóstica Inicial – para fornecer informações necessárias aos docentes a respeito da situação social e cultural dos alunos, bem como o nível de aprendizagem inicial apresentado pelos mesmos. Os dados podem ser coletados por meio de fichas, entrevistas e avaliações de aprendizagem.

Avaliação Formativa – sua tônica se dá no cotidiano escolar, onde os envolvidos têm a oportunidade de tomar decisões de forma coletiva e contínua. A avaliação tem, nessa etapa, um caráter formativo muito forte, possibilitando o redirecionamento necessário às ações e metodologias em sala de aula.

Avaliação Somatória – analisa o resultado do processo de aprendizagem dos alunos, bem como os índices de produtividade dos mesmos. É uma avaliação dos resultados alcançados em cada etapa a partir de objetivos e metas traçados no planejamento inicial e em sua reorganização.

## **11. SUPORTE PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO**

O acompanhamento da execução do projeto pedagógico deve ser organizado não apenas com um caráter administrativo, mas também, e substancialmente, pedagógico, para a dinâmica organizacional dos recursos e desempenho do sistema. O aporte pedagógico torna-se essencial para as mudanças propostas nesse Projeto Pedagógico, representando possibilidades de avançar em formas qualificadas de intervenção no processo ensino-aprendizagem.

O desenvolvimento do currículo depende, portanto, das condições necessárias à sua implementação no cotidiano e da competência dos docentes, bem como das equipes de coordenação para que se cumpram determinados objetivos e atividades. São múltiplas as categorias de conhecimento que contribuem para legitimar a prática pedagógica advinda do planejamento: da proposta curricular, do contexto educativo em que se insere e dos fins educativos em sua inserção social.

Para que a execução do projeto pedagógico se efetue plenamente, de forma coletiva, deve haver a mediação fundamentada nos princípios explícitos na estrutura curricular e no perfil do formando pedagogo.

Essa ação individual e coletiva, para ser bem sucedida, requer ser ancorada em uma infra-estrutura adequada que envolve reestruturação de espaços, recursos e incorporação de novas tecnologias. Além disso, demanda re-distribuição mais equitativa de atribuições dos docentes em tempos e tarefas.

Amparada na gestão democrática, já referendada na UFRN e em demandas explícitas dos alunos do Curso de Pedagogia, a implementação da prática de orientação acadêmica deve servir de baliza para o trabalho pedagógico, direcionando as atividades docentes e discentes do Curso de Pedagogia. A orientação acadêmica visa facilitar a integração dos alunos à vida universitária, conforme a Resolução 103/2006 – CONSEPE, de 19 de setembro de 2006, e será adaptada às condições e exigências de formação do pedagogo em resolução própria do Colegiado do Curso.

## **12. RESULTADOS ESPERADOS**

Os resultados esperados com a efetivação deste projeto pedagógico e de reformulação da matriz curricular estão relacionados à perspectiva de contribuir para a melhoria da formação de professores na UFRN e do processo ensino-aprendizagem desenvolvido no Curso de Pedagogia. Espera-se, assim, assegurar ao pedagogo uma formação político-filosófica e pedagógica, pautada em princípios éticos, histórico-filosóficos, psicossociais e culturais que assegurem sua participação qualificada na prática educacional, pedagógica e social desenvolvida em instituições da Educação Básica.

Em suma, os resultados almejados deverão ser acompanhados e analisados em um processo de avaliação contínua nas dimensões do ensino aprendizagem e no desenvolvimento do projeto pedagógico do cotidiano do curso de Pedagogia da UFRN. Esse acompanhamento terá como referência a atuação/situação dos egressos do curso em instâncias educativas diversas, considerando-se a melhoria na qualidade de formação e perspectivando-se, enfim, a melhoria da qualidade da educação de nosso Estado, mediante a atuação dos profissionais formados no curso.

### 13. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erika dos Reis Gusmão. **O saber, o fazer e o saber do fazer docente**: as representações sociais como resistência. In CARVALHO, M. R. F.; PASSEGGI, M. C.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura, Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação/CNE/CP.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- Lei no. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ministério da Educação e Cultura, 1996.

CANDAU, Vera Maria. Construir ecossistemas educativos: reinventar a escola. In: CANDAU, Vera Maria. (Org). **Reinventar a escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CUNHA, Maria Izabel. **O bom professor e sua prática**. Campinas: Papirus, 1989.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (1998). A aquisição de uma formação interdisciplinar de professores. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GALLO, Silvio. Disciplinaridade e Transversalidade. In: ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite (Orgs.). **O sentido da escola**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KOSTIUK, G. S. Alguns aspectos da relação recíproca entre educação e desenvolvimento da personalidade. In: LURIA, A. R. et al. **Psicologia e Pedagogia I**, Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

KUENZER, Acácia. **As políticas de formação**: A construção da identidade do professor sobrando. Revista Educação e Sociedade. Campinas. v.20, n.68, dez. 2000.

KUENZER, Acácia; CALAZANS. M. Julieta C; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

MENDES, Olenir Maria. Avaliação Formativa no Ensino Superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e NAVES, Marisa Lomônaco de Paula (Org.). **Currículo e Avaliação na Educação Superior**. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

POMBO, Olga. **Interdisciplinaridade**: ambições e limites. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Tradução de Jéferson Luiz Camargo. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre, 1998.